

POLÍTICAS PÚBLICAS DE GERAÇÃO DE TRABALHO E DE RENDA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO NO ANO DE 2011¹

Antonio Carlos Rocha Sousa
Ana Paula Ribeiro Ferreira
Daniela Cristina Neves de Oliveira

RESUMO

O objetivo deste trabalho é descrever as políticas sociais públicas empreendidas pelo governo do estado do Espírito Santo no campo da geração de trabalho e renda, relacionando tais políticas com as mudanças do mundo do trabalho. Expomos as políticas da Subsecretaria de trabalho, através da Gerência de trabalho e geração de renda (GTR) e as políticas de financiamento do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES) por meio das linhas de crédito com a finalidade de financiar as atividades de pequenos e grandes empreendedores. Por fim, apontamos que o rumo das políticas desenvolvidas no Espírito Santo tem indicado expressões das modificações nas relações e organizações do trabalho decorrentes da reestruturação produtiva cujas consequências são: flexibilização, desregulamentação dos direitos trabalhistas, terceirização, informalização, entre outras. Ademais, a despeito das políticas existentes o número de desemprego é considerável, além dos casos de trabalho em condições análogos ao escravo serem bastante expressivos no estado, o que pode ser uma evidência de que tais políticas não são de modo algum uma panaceia.

Palavras-chave: Trabalho, emprego, renda, flexibilização, precarização.

INTRODUÇÃO

A crise no processo de acumulação/dominação capitalista pode ser caracterizada, do ponto de vista social, pela verdadeira revolução a que tem submetido todas as esferas da vida humana, tanto no sentido de mobilizar outras formas de organização da produção como de atribuir novos sentidos às já existentes.

A crise atual do Capitalismo e suas consequências sociais demonstram que os mecanismos que possibilitaram, no período pós-guerra, o capitalismo desenvolver-se, expandir-se e alargar suas fronteiras – a “Era de Ouro do capitalismo ao desmoronar, submeteu seus domínios à instabilidade e crise” (HOBBSAWM, 1998, p. 393), configurando, a partir de então, um novo processo de dominação versus concentração, caracterizado, do ponto de vista das relações de produção, pela reestruturação produtiva, pela flexibilização da produção, por novos padrões de gestão e pela qualidade total.

¹ Artigo produzido a partir de pesquisa realizada para disciplina de Sociologia do Trabalho do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) no ano de 2011.

O saldo mais visível do ponto de vista da classe que vive do trabalho foi o crescimento da pobreza, que se generalizou e aprofundou de tal forma, que as suas consequências não dizem respeito apenas àqueles a quem falta trabalho, moradia, comida, saúde e escola, mas à sociedade como um todo: uma vez que existe uma estreita relação dessas com o crescimento da violência, da insegurança e da marginalidade, que decorrem do desmonte de um modelo de sociedade que se organizou, durante alguns séculos, em torno do trabalhador/salário (CASTEL, 1998).

O emprego oferecia segurança. A esse estava relacionado o status social, o ciclo de relações, as condições de acesso aos bens e riquezas da sociedade. A educação era um elemento de acesso aos empregos e conseqüentemente aos melhores salários. Foi esta certeza que começou a se desagregar nas últimas décadas do século passado, com um saldo de milhões de desempregados.

Essa defasagem entre direito e realidade, ligada à relação de força existente entre classes sociais, aos regimes de acumulação específicos desses países, e a fraqueza dos recursos tribunais/fiscais e para fiscais, tende a se aprofundar com a crise dos anos 80. O setor informal engorda e, com eles, a quantidade dos excluídos da proteção social. Essa engorda, assim como o aumento do desemprego e a queda dos salários, provoca a diminuição sensível dos recursos financeiros do sistema, diminuição essa que ainda é mais grave dado o fato de que, simultaneamente, o número de aposentados aumenta. A fraude e os atrasos de pagamento das contribuições sociais também aumentam. (SALAMA, 1997: 110).

A crise desse modelo de regulação faz com que a questão social hoje, segundo Castel (1998), seja tanto a da “constituição de uma periferia precária” como a “desestabilização dos estáveis”. Isso porque o desemprego percorre todos os segmentos sociais: empregados qualificados e sem qualificação; trabalhadores maiores de 40 anos e jovens em busca do primeiro emprego, o que significa dizer que homens e mulheres em condições de trabalho estão sendo empurrados para fora dos espaços cada vez mais privilegiados e seletivos dos empregos.

As saídas para a crise originaram um processo de organização do capitalismo, que acarretou a redefinição do papel do Estado, a reestruturação produtiva e o esvaziamento das organizações dos trabalhadores, bem como a emergência de políticas públicas, articuladas ao Sistema Público de Emprego, o qual tem como um dos eixos a qualificação do trabalhador.

Essas políticas se justificam por várias maneiras isto porque o processo de acumulação capitalista atribui à dinâmica social marcada por avanços e retrocessos que implica em determinados tipos de sociedades, de homem e de relações de produção. Dessa forma, o confronto, mesmo que sucinto, entre o homem trabalhador da década de ouro do capitalismo que estava empregado, no Estado keynesiano e o homem trabalhador de hoje - desempregado,

Subempregado, o da era neoliberal - possibilita o entendimento da dimensão dessas transformações, dos compromissos assumidos pelo Estado e pelos segmentos sociais organizados, em criarem alternativas de geração de trabalho e renda e de acesso, por meio de políticas que buscam fazer convergir interesses até então inconciliáveis, como se estivéssemos em frente a um grande pacto social, capaz, inclusive, de superar os antagonismos de classe.

Então, um grande ponto de convergência das iniciativas das políticas públicas está no trabalho, nas formas alternativas de geração de trabalho e renda que podem emergir a margem do trabalho versus emprego versus garantias trabalhistas. Isso porque as políticas de trabalho e renda procuram fomentar iniciativas individuais ou coletivas por meio do auto negócio, de cooperativas populares, da livre iniciativa.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

I. Política pública de trabalho, promovidas pela SUBTRAB-Subsecretaria de trabalho, através da Gerência de trabalho e geração de renda.

A Subtrab viabiliza a inserção do indivíduo no mercado de trabalho e a geração de emprego e renda, por meio de projetos e ações de duas gerências.

A Gerência de Trabalho e Renda (GTR) responde pelo Artesanato Capixaba que incentiva o artesão com suas produções, a qualificação sócio profissional, tem o

objetivo de capacitar o cidadão, o SINE-ES com ofertas de vagas de emprego, além do Fomento e o Apoio Técnico as Comissões / Conselhos Municipais e Estadual do Trabalho.

Gerência Estadual de Microcrédito (GEM) atua na execução dos projetos Nosso crédito e Economia Solidária, que juntos promovem a melhoria na qualidade de vida através do desenvolvimento humano e do crédito solidário.

Intermediação de mão de obra – consiste no cadastro de vagas das empresas e sua disponibilização aos trabalhadores nas agências do SINE – ES; é um espaço destinado a empregadores e trabalhadores e tem como objetivo (re) inserir o trabalhador no mercado de trabalho, contribuindo para a otimização do tempo necessário para a contratação do trabalhador e para a ocupação das vagas disponibilizadas no mercado de trabalho, contribuindo assim com o processo de desenvolvimento econômico e social do Estado.

Programa de Artesanato Capixaba - Tem como função fomentar e fortalecer o artesanato no Espírito Santo, desenvolvendo ações que garantam a valorização e a formalização do artesão e a visibilidade do artesanato capixaba, ampliando a possibilidade de comercialização, visando níveis mais crescentes de desenvolvimento; considerado como setor informal da economia, o artesanato oferece uma significativa contribuição à economia do Estado, e vem crescendo como forma de geração de renda e sustentabilidade econômica de milhares de famílias.

Economia Solidária - É um movimento originário das organizações de trabalhadores urbanos, que tem um modo diferente de organizar a produção, a distribuição, o consumo, a poupança e o crédito sob a forma de autogestão, voltado para a geração do trabalho e renda, a fim de alcançar a eliminação das desigualdades sociais e econômicas. Essas organizações e/ou associações como ramo da economia informal não tem acesso ao Microcrédito, no entanto, seus membros/associados, conseguem obter financiamento do Microcrédito através do que se chama de “*Aval cruzado*”.

Incentivo ao empreendedorismo Programa de Micro crédito - (NOSSOCRÉDITO) é uma parceria entre a Secretaria de Estado do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (Setades), Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES), Banco do Estado do Espírito Santo (BANESTES). Serviço de Apoio a Micro e Pequenas

Empresas do Espírito Santo (SEBRAE) e Prefeituras Municipais, que foi criado por meio do Decreto nº 1.203-R de 26 de Agosto de 2003, e dispõe sobre a instituição do Programa Estadual de Microcrédito do Estado Espírito Santo como uma política pública resultante da ação integrada e articulada de instituições públicas e da sociedade civil organizada, sendo um importante instrumento que permite melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

Programa Capixaba de Qualificação do Trabalhador - Uma oportunidade para trabalhadores, do campo ou da cidade melhorar seu nível profissional com cursos em diversas áreas. Um cidadão qualificado tem mais chances de entrar ou se manter no mercado de trabalho, além de estar mais bem preparado para os desafios do mundo dos negócios.

❖ OBJETIVOS DA QUALIFICAÇÃO DO TRABALHADOR

- Desenvolver novos conhecimentos;
- Ampliar as possibilidades de emprego;
- Aumentar as chances de permanência no mercado de trabalho;
- Elevar a produtividade, o desempenho e a satisfação no trabalho;
- Novas perspectivas de ascensão profissional, com aumento do salário ou renda;
- Contribuir para a formação técnica, cultural e cidadã das pessoas;
- Preparar para trabalhar por conta própria ou montar seu próprio negócio;
- Acompanhar os egressos nos cursos de Qualificação Social e Profissional para aprimoramento constante do programa.

Quadro de evolução da qualificação profissional

ANO	Nº DE EDUCANDOS QUALIFICADOS	RECURSOS QUALIFICAÇÃO
2004	0	0
2005	2.231	1.146.834,52
2006	2.066	1.062.446,00
2007	5.705	2.508.705,85
2008	4.548	2.182.881,11
2009	14.823	7.974.769,31

❖ MODALIDADES

As ações de qualificação social e profissional desenvolvidas pela Setades:

a) Co-Financiamento de Qualificação

O Co-financiamento cria convênios com municípios do Estado para repasse de recursos estaduais destinados à execução de cursos de qualificação social e profissional. São observados os princípios:

- Comissão Municipal do Trabalho em pleno funcionamento;
- Projetos técnicos e respectivos Planos de Trabalho, condizentes com as necessidades do mercado local e com a política de inclusão social e produtiva de trabalhadores, estabelecida pela Setades;
- Projetos técnicos e programações dos cursos aprovados pela Comissão Municipal do Trabalho.

Terão prioridade sobre os demais Municípios, nos limites orçamentários e financeiros desta Secretaria:

- Municípios com baixo IDH;
- Municípios que não receberem recursos de outras fontes para esse fim;
- Municípios que não receberam ações do PLANTEQ e do PLANSEQ.

b) PLANTEQ – Plano Territorial de Qualificação

O PLANTEQ é a ponte entre o Trabalho, a Educação e o Desenvolvimento, considerando a qualificação social e profissional um direito do trabalhador e instrumento indispensável à sua inclusão e aumento de sua permanência no mundo do trabalho.

❖ QUALIFICAÇÃO PARA OS GRANDES INVESTIMENTOS ESTADUAIS:

A Qualificação para os investimentos tem como objetivo garantir a empregabilidade da população nos investimentos previstos para o Estado atendendo a necessidade das empresas nas fases de construção e montagem de suas obras. Isso também evita custos com migração e cumpre o papel do Estado para a geração de renda local.

QUADRO RESUMO				
Situação	Atividades	Investimento (R\$)	Educandos Qualificados	Municípios Atendidos
Concluído	PlanTeQ - 1ª Etapa	655.352,89	930	36
	Co-financiamento	1.527.528,22	3.618	18
Em execução	PlanTeQ - 2ª Etapa	855.570,00	1.032	36
	Co-financiamento	4.936.318,20	9.243	43
	Qualificação para investimentos no Estado			
TOTAL		7.974.769,31	14.823	78

Fonte: SEASTDH/ES, 2011.

II. Políticas de geração de trabalho e renda do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo

O Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A (BANDES), cujo slogan é “*o banco que investe em você*”, é uma instituição pública que existe desde 1967 inicialmente com o nome de Companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo (Codes), transformando-se em BANDES em 1969 passando a ter atribuições e responsabilidades delineadas pelo Banco Central do Brasil. Seu negócio, segundo coleta de dados realizada no site da instituição, é fornecer soluções financeiras e estratégicas para o desenvolvimento do Espírito Santo.

Hoje o BANDES atua oferecendo diversificadas opções de crédito, com linhas de financiamento para objetivos que gerem emprego, renda e competitividade da economia. O Banded financia pessoa jurídica e pessoa física, tanto na região urbana quanto rural. Com desempenho no microcrédito, no crédito para a micro e pequena empresa e no crédito rural, o banco financia a implantação, a ampliação, a formalização e a modernização de empresas e empreendedores dos vários setores da economia (agropecuária, indústria e serviços), conforme informações coletadas no site. A instituição exerce papel articulador do Governo junto à iniciativa privada e as entidades não governamentais, trabalha, ademais, na captação de investimentos, oferecendo, quando necessário, apoio técnico e administrativo ao Governo do Estado em articulações com empresas interessadas em se instalar no Espírito Santo. A diretoria do BANDES, desde 2003-2011, afirma que “tornou o banco mais moderno e voltado para os pequenos empreendimentos e para o interior do Estado” (BANDES, 2011). A seguir detalharemos as linhas de crédito oferecidas pelo banco, bem como seus fundos e programas.

❖ LINHA DE CRÉDITO PARA O SETOR “RURAL”

Esta linha de crédito é destinada ao produtor rural e objetiva apoiar investimentos de implantação, realocização, modernização da lavoura, melhoria da qualidade genética, racionalização, desenvolvimento tecnológico e controle ambiental. O financiamento beneficia tanto pessoas físicas quanto jurídicas. São, ao todo, oito opções de financiamento de acordo com os valores dos créditos e com os objetivos e ações de cada programa. As principais linhas de crédito variam de R\$ 10 mil a R\$ 10 milhões. Os programas, como o FUNDAGUA REFLORESTAMENTO, por meio de um financiamento de longo prazo, visam à recuperação e adequação ambiental, objetivando a manutenção dos recursos hídricos, seja para preservação da flora e fauna regionais. Os beneficiários são as pessoas físicas que desenvolvam projetos no sentido de preservar reservas ambientais, entre outros. Além disso, existem outros quinze programas para beneficiar empreendimentos rurais, a saber: PRONAF MULHER, PRONAF ECO, PRONAF AGROINDÚSTRIA, PRONAF INVESTIMENTO, BANDES RURAL, PRONAF MAIS ALIMENTOS, MODERAGRO DESENVOLVIMENTO, MODERAGRO LEITE, FINAME AGRICOLA, ABC IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO, ABC SILVICULTURA, BNDS AUTOMATICO ABC, FINAME AGRICOLA I, FINAME AGRICOLA II.

As políticas do “Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar” (Pronaf), que tem o maior número de opções de crédito, beneficiam a agricultura familiar e os assentados da reforma agrária e possui baixas taxas de juros, segundo informações coletadas do site do Ministério do Desenvolvimento Agrário. O PRONAF possuiu, como se pode verificar acima, várias linhas de crédito. Uma delas, a PRONAF ECO, por exemplo, viabiliza o financiamento de investimentos em técnicas que minimizam o impacto da atividade rural ao meio ambiente. Já PRONAF AGROINDÚSTRIA, possibilita o financiamento de investimentos, inclusive em infraestrutura, que visam o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agropecuária e não agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural. Uma das condições para a concessão deste tipo de crédito é a renda anual do agricultor que deve ser de até R\$ 110 mil.

❖ LINHAS DE CRÉDITO PARA O SETOR “URBANO”.

Esta linha de crédito destina-se para as micro e pequenas empresas, são contemplados os setores industrial, comercial e de serviços. O BANDES afirma que seu foco na área urbana também diz respeito ao desenvolvimento sustentável, neste sentido viabiliza linhas de financiamento para que as empresas possam se adequar às exigências dos órgãos de controle ambiental.

As principais linhas de crédito variam de R\$ 10 mil a R\$ 10 milhões. Os programas são: FUNDAPSOCIAL NOSSOCRÉDITO, FUNDAPSOCIAL NOSSOCRÉDITO INVESTIMENTO FIXO E MISTO, FUNDAPSOCIAL NOSSO CRÉDITO GIRO EXCLUSIVO, FUNDAP SOCIAL EMPREENDEDOR GIRO EXCLUSIVO II, FUNDAPSOCIAL EMPREENDEDOR PESSOAS JURÍDICAS E PROFISSIONAIS LIBERAIS, FUNRES SETOR URBANO, BNDES FINAME PSI, BNDES AUTOMÁTICO GIRO ASSOCIADO, BNDES AUTOMÁTICO MICRO/PEQUENA, BNDES - PSI - BK.

O programa FUNDAP SOCIAL NOSSO CRÉDITO beneficia microempreendedores do setor formal e informal que desenvolvam atividades produtivas potencialmente viáveis. Beneficiam pessoas físicas, trabalhadores autônomos de baixa renda, egressos de cursos de qualificação promovidos pelo estado que exerçam atividades potencialmente inseríveis no mercado de bens e serviços, cooperativas ou outras formas de associação produtiva de bens e serviços do campo e da cidade e micro produtores rurais e suas famílias, para financiamento de atividades que agreguem valor à produção e/ou contribuam para o aumento da renda familiar. Para conseguir este tipo de financiamento do FUNDAPSOCIAL NOSSOCRÉDITO é preciso que o sujeito esteja produzindo há mais de seis meses no setor formal ou informal, resida no mesmo município há mais de dois anos ou pelo menos produza no mesmo município há mais de dois anos. Além disso, é preciso, também, apresentar avalista e ter o nome limpo no SERASA e no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC). Os valores do crédito variam de: pessoa física ou pessoa jurídica: de R\$ 200 (duzentos reais) até R\$ 7.500 (sete mil e quinhentos reais). Para cooperativas e associações legalizadas: de R\$ 200 (duzentos reais) até R\$ 25.000 (vinte e cinco mil reais), limitado ao máximo de R\$ 5.000 (cinco mil reais) por associado, se o total de sócios for menor que cinco.

Outros programas, como o BNDES AUTOMÁTICO MICRO/PEQUENA apoia investimentos para implantação, ampliação, recuperação e modernização de ativos fixos nos setores da indústria, comércio e prestação de serviços, de empresas localizadas ou que venham a investir no estado do Espírito Santo. Ou seja, as linhas de crédito “urbano” variam entre financiar pequenos microempreendedores a grandes empresas que possam investir no Espírito Santo.

O BANDES também possui linhas de crédito para financiar empreendimentos de profissionais liberais, como dentistas, fisioterapeutas, contadores e trabalhadores autônomos.

❖ FUNDOS E PROGRAMAS DO BANDES

Além de financiamentos, o Bandes atua como gestor de fundos e administrador de programas que tratam do crescimento do estado de forma sistêmica. Os programas são: FUNDAP, FUNDAPSOCIAL, CREDITAR, FUNRES, FUNCITEC, FUNDÁGUA, PRONAF, CREDFOR, INVEST-ES.

O Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (FUNDAP) é um financiamento para apoio a empresas com sede no Espírito Santo e que realizam operações de comércio exterior tributadas com ICMS no Estado. Empresas industriais com sede no Espírito Santo que fazem uso de insumo importado também podem se habilitar aos financiamentos FUNDAP. Uma das condições básicas para a concessão do financiamento é de que a empresa tenha sede no estado do Espírito Santo. As empresas financiadas pelo FUNDAP devem investir no mínimo 9% do valor financiado em projetos que irão gerar desenvolvimento, renda e emprego no Espírito Santo. O Fundo para Financiamento de Micro e Pequenos Empreendimentos e Projetos Sociais (FUNDAPSOCIAL). Objetiva ampliar a oferta de crédito para micro e pequenas empresas, incluindo o setor informal e, também, para projetos sociais e culturais. O Fundap social é resultado de recursos gerados pelo FUNDAP por meio de parte do valor dos financiamentos concedidos às empresas a ele vinculadas.

O programa CREDITAR, “crédito fácil, rápido e barato”, de acordo com o site do banco, oferece microcrédito, por meio de bancos comunitários (tais como: “Banco Bem”, “Verde Vida”, “Terra”, “Sol”), a pessoas que estejam começando um empreendimento ou que já possuam algum, inclusive para “empreendedor informal de baixa renda”. O crédito se destina à aquisição de equipamentos, ferramentas, matérias-primas, mercadorias, conserto de máquinas e reforma e ampliação das instalações relacionadas às atividades produtivas, de acordo com informações coletadas no site do banco. O limite do crédito é de R\$ 1.000,00 e taxa de juros de 1% ao mês.

O Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo (FUNRES) é um fundo fiscal de investimento, composto por recursos de empresas localizadas no Espírito Santo que destinaram ao fundo parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e/ou parte do imposto de renda. Este fundo apoia todo tipo de empreendimento dos grandes aos pequenos, incluindo pessoas físicas do setor informal.

O Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia (FUNCITEC) presta apoio financeiro a programas e projetos de interesse para o desenvolvimento científico e tecnológico do Espírito Santo.

O Fundo Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo (FUNDÁGUA) é destinado à captação e à aplicação de recursos financeiros para garantir um melhor gerenciamento dos recursos hídricos no Estado. Este fundo é proveniente dos royalties do petróleo, do setor energético e do orçamento do Governo do Estado. O financiamento é indicado a projetos que tenham a finalidade de proteger, recuperar e adequar áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal, Reserva Particular do Patrimônio Natural, degradadas ou de uso ambiental.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), já mencionado anteriormente, é um programa do Governo Federal que financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

O programa CREDFOR - Solução de garantia para empresas,

(...) funciona por meio de um leilão eletrônico reverso, em que os bancos cadastrados oferecem às empresas a possibilidade de contratar financiamento com taxas de juros diferenciadas. Ganha o direito de conceder o crédito, o banco que oferecer a taxa de juros mais favorável. Para que uma empresa possa solicitar o leilão é necessário que ela seja cadastrada no Banded Credfor e

que tenha um contrato ativo com uma empresa âncora, mantenedora do Prodfor ou certificada no Fundap. (www.bandes.com.br).

O BANDES cumpre o papel de articular o que ele chama de “atores: Estado, empresas capixabas, BANDES e bancos”, garante o cadastramento, orienta os atores envolvidos, define os limites de crédito, supervisiona o funcionamento do sistema, entre outros.

O Programa de Incentivo ao Investimento no Estado do Espírito Santo (INVEST-ES) é um programa de incentivos fiscais que tem como objetivo contribuir para a expansão, modernização e diversificação dos setores produtivos do Espírito Santo, estimulando a realização de investimentos, a renovação tecnológica das estruturas produtivas e o aumento da competitividade estadual, com ênfase na geração de emprego e renda e na redução das desigualdades sociais e regionais.

Os benefícios para as empresas, que realizem projetos considerados de interesse para o desenvolvimento socioeconômico para o Espírito Santo, são, basicamente, isenção de alguns impostos.

III - Dados do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN)

De acordo com os dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), o mercado de trabalho formal capixaba registrou saldo líquido positivo entre admissões e demissões no mês de outubro de 2011, com aumento de +4.254 postos de trabalho com carteira assinada. O desempenho foi superior ao verificado no mesmo período de 2010, quando houve a geração de +3.130 postos de trabalho.

O estoque de contabilizado no mês de outubro atingiu o patamar de 738.433 trabalhadores com carteira assinada no Estado, o que conferiu uma elevação de +0,58% ante o estoque do mês imediatamente anterior, variação superior a apresentada pelo Brasil (+0,33%) e pelos estados da região Sudeste (0,23%).

O desempenho do emprego formal foi influenciado principalmente pelo setor de Serviços (+2.475) e pelo setor de Comércio (+1.742), resultado que tem influência sazonal do mês de outubro. Destaca-se ainda o saldo positivo ocorrido na Indústria de

Transformação (+626). A maior redução de postos de trabalho foi observada no setor Agropecuário (-458).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos as políticas estratégicas para o desenvolvimento socioeconômico do Espírito Santo formuladas pelo BANDES, podemos observar que a ideia de concessão de “oportunidades iguais” para “todos os cidadãos capixabas” com a disponibilização de créditos para que tais cidadãos possam se tornar empreendedores. Notamos a presença de um discurso de que o Estado deve ser um provedor de “oportunidades”, prevalecendo à lógica da meritocracia em que só depende do sujeito trabalhar para

possuir uma renda. Neste sentido, através do programa CREDITAR, por exemplo, é concedido crédito (de no máximo R\$ 1 mil) inclusive para pessoas de baixa renda atuantes no setor informal por meio dos denominados bancos comunitário.

Além disso, são patentes os benefícios e incentivos que as empresas recebem por meio dos programas do BANDES como o “INVEST-ES”, por meio de isenção de impostos. Portanto, podemos aduzir que tais empresas são as grandes favorecidas com os programas do BANDES.

Observamos a direção das Políticas Públicas no Espírito Santo cujo rumo tem sido, principalmente, ao empreendedorismo e ao fomento de cooperativas de trabalhadores assim como projetos de economia solidária. Estas políticas representam a expressão das mudanças verificadas nas novas relações de organizações do trabalho, ambas decorrentes da reestruturação produtiva, flexibilização da produção, terceirização, desregulamentação e, também, da ideologia política neoliberal. Tais mudanças são manifestadas de diversas formas dependendo do contexto social, econômico e político. No Espírito Santo, as políticas públicas para geração de renda e trabalho têm caminhando no sentido de ao mesmo tempo transferir responsabilidades do Estado para o setor privado (quando são oferecidos benefícios fiscais para empresas privadas a fim de que estas desenvolvam projetos socioeconômicos justificadas nos marcos da ineficiência do setor público característico do neoliberalismo) e pode culminar em uma “culpabilização” dos sujeitos por sua condição (de desempregado, por exemplo). No entanto, é sabido que existem obstáculos objetivos para que um sujeito possa se tornar empreendedor; as políticas tem condicionantes como a existência de um avalista e os projetos desenvolvidos pelo possível empreendedor deve ser “viável” seguindo os critérios da instituição financiadora.

Ora, podemos inferir que a despeito das políticas de geração de trabalho e de renda o desemprego é grande e, além disso, desde o início da década de 2000 foram diversos casos de trabalho escravo no Espírito Santo. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em 2008, apenas uma operação livrou 89 trabalhadores; em 2009, foram feitas cinco operações, com 99 trabalhadores resgatados; em 2010 foram 04 operações com 107 resgatados. O principal motivo para a existência de trabalho em condições análogas ao escravo é a falta de emprego, segundo os resgatados.

As ações da Secretaria quanto à informalidade estão imbuídas do fortalecimento de tudo que o capitalismo mais precisa nesse período neoliberal, resolver pontualmente a situação desses trabalhadores que compõem a *superpopulação relativa estagnada e flutuante*, no intuito principal de amenizar, mesmo que minimamente, as *expressões da questão social* sobre suas vidas, não havendo aqui qualquer ponto relevante, que podemos indicar para fortalecer a classe trabalhadora enquanto *classe para si*. (PANDOLFI, 2010)

Dessa forma, entendemos que a atuação desta Secretaria e outras que atuem na área do trabalho, se o objetivo for possibilitar melhorias para a *classe-que-vive-do-trabalho*, deve primar pela expansão de seus direitos, no intuito de fortalecer a organização e força dessa classe frente ao conflito capital/ trabalho, rumo a organização política para a construção de uma nova sociedade, plena, no que tange a emancipação e expansão dos indivíduos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Um ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

BORSOI, I. C. F. **Saúde mental e trabalho: um estudo de caso da enfermagem**. 1993. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

_____. Violência no trabalho: humilhação e sofrimento. In: **Anais do III Encontro Nacional de Política Social**, Vitória: UFES, 2008. 1 CD.

BANDES- Banco/ de Desenvolvimento do Espírito Santo

<<http://www.bandes.com.br>> Acesso 25 de novembro de 2011.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica da questão social**. Petrópolis: Vozes, 1998.

IJSN- Instituto Jones dos Santos Neves < <http://www.ijsn.es.gov.br>> Acesso 26 de novembro de 2011

SALAMA, P. & VALIER, J. **Pobrezas e desigualdades no terceiro mundo**. Cap. 4
São Paulo: Nobel, 1997.

SEASTDH/ES- **Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos**

<<http://www.seastdh.es.gov.br>> Acesso em 20 de novembro de 2011

MTE- **Ministério do Trabalho e Emprego** < <http://portal.mte.gov.br/portal-mte/>>

Acesso em 29 de novembro de 2011.